

# Justiça para a natureza

\* *Fernando Mendonça*

Exerço a judicatura de primeira instância, a pouco mais de dois anos, na Comarca de Santa Luzia do Maranhão, um município outrora coberto pela Floresta Amazônica.

De uns trinta anos para cá, o GETAT-INCRA e o governo do Estado promoveram a implantação de grandes projetos agropecuários e o assentamento de colônias para pequenos agricultores.

O resultado dessa política tem sido a devastação de toda a selva. As espécies nativas de madeira de lei, como a massaranduba, jatobá, ipê, sucupira, cumaru, faveira, caneleira, e outros, bem como os animais selvagens da região, como a cutia, tatu, paca, onça, javali, caititu, veados e tantos outros, são cotidianamente dizimados pela ação predatória do bicho homem.

Lembrem-se de que, até bem pouco tempo, esta região era palco dos maiores conflitos fundiários do Brasil, com invasão de fazendas e assassinatos por encomenda.

Para dirimir aqueles conflitos, fui obrigado a percorrer boa parte dos mais de 12.000 km<sup>2</sup> desta vasta comarca, para inspecionar in loco as áreas em litígio.

Não obstante a alegria de ver fluir as soluções negociadas dessas questões agrárias, tive a tristeza de conhecer de perto a morte lenta e agonizante do que restou da selva primitiva e das suas criaturas.

Calam a alma e o coração estas viagens. Por todo lugar há depredação.

São as derrubadas indiscriminadas das árvores, as queimadas calcinando as matas ciliares e as dos morros. São os rios, igarapés e lagoas devastados para plantio de roças e pastos. Enfim, a destruição e a morte da natureza.

Comenta-se abertamente: daqui a 5 anos as espécies originárias da cobertura vegetal exuberante da Floresta Amazônica do Maranhão, com a sua fauna rica e abundante, restarão apenas em álbuns de recordação.

Os órgãos de apoio e defesa do meio e da agricultura, com os seus agentes financiadores, nunca existiram como entes controladores e fiscalizadores dos projetos de implantação de fazendas agropecuárias e indústrias madeireiras.

Aqui e acolá, a imprensa noticia sobre uma prática cada vez mais generalizada: quando aqueles atuam, sobretudo nas regiões mais carentes, cria-se uma perigosa convivência com os agentes predadores do meio ambiente, alimentando o grande propinoduto estatal e colocando mais descrédito às instituições.

Os fazendeiros, posseiros, madeireiros e caçadores agem movidos pela certeza da impunidade, enquanto as autoridades cruzam os braços numa omissão homericamente irresponsável. Parece não existirem leis e nem consciência ambiental e ecológica, onde obrigatoriamente deveria ter.

Os fazendeiros usam os posseiros para a derrubada da mata e depois para

o plantio de capim. Os madeireiros usam os posseiros para invadir as áreas de florestas, a fim de obter a madeira de que precisam. Os posseiros vendem as madeiras maduras aos madeireiros e depois tocam fogo no resto da selva para fazer roças. O IBAMA contribui com as famosas "guias" para legalizar o transporte de madeira, e o Estado recolhe o ICMS dos toros e depois da madeira serrada. Uma cumplicidade sem precedentes contra a nossa própria sobrevivência.

O Poder Executivo necessita urgentemente providenciar para coibir aquelas práticas, e cumprir o seu papel na orientação dos agricultores no tocante ao uso e aproveitamento do solo e emprego de técnicas agrícolas modernas, repassando informações e educando ecologicamente as populações rurais.

Por outro lado, o Congresso Nacional deve fazer a sua parte, criando a justiça agrária e do meio ambiente, com a finalidade precípua de conhecer e julgar com exclusividade as ações possessórias, os crimes ecológicos e ambientais e ações civis pertinentes, além de garantir condições ao Ministério Público de exercer o seu papel de fiscal da lei e defensor dos interesses difusos da sociedade nessa matéria. A sociedade precisa se organizar e mobilizar-se para exigir o fim desses crimes contra a vida humana e contra o nosso Planeta.

\* *Juiz de Direito de 3ª Entrância no Maranhão*